



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Diligência	Nº: 1746/12	DATA: 05/12/2012
INÍCIO: 10h47min	TÉRMINO: 12h40min	DURAÇÃO: 01h53min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h53min	PÁGINAS: 45	QUARTOS: 23

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA - Promotor de Justiça e Subcoordenador Criminal do Centro de Apoio às Promotorias Criminais.  
RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA - Coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.  
RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN - Promotora de Justiça, Titular da 8.ª Promotoria de Investigação Criminal e Coordenadora Criminal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.  
AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA - Subcoordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

SUMÁRIO: Relato dos Promotores de Justiça sobre as atividades do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em relação à exploração sexual de crianças e adolescentes.

OBSERVAÇÕES

Diligência realizada no Centro Integrado de Apuração Criminal — CIAC no Estado do Rio de Janeiro.  
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.  
Há orador não identificado.  
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.  
Há expressões ininteligíveis.  
Fez uso da palavra durante a reunião a Sra. Ana Elisa Banhatta Correia, assessora do Deputado Jean Wyllys.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Muito bom dia.

Declaro aberta a audiência no Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público, com as Promotorias Criminais da Infância e Juventude do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Esta é uma sessão da CPI da Exploração Sexual Infantojuvenil. Vamos fazer os nossos trabalhos entrevistando o Promotor de Justiça e Subcoordenador Criminal Vinícius Winter de Souza Lima, o Coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude Rodrigo César Medina da Cunha e o Subcoordenador do 4º Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, Dr. Afonso Henrique Lemos Pereira.

Estamos aqui com a CPI da Exploração e do Turismo Sexual Infantojuvenil fazendo um diagnóstico em todo o Brasil de como anda a infância e as leis de proteção à criança e ao adolescente. Queremos, com este trabalho, em primeiro lugar, apontar todas as dificuldades que nós temos na questão de políticas públicas voltadas para a criança e ao adolescente.

Nós estivemos em quatro Estados. Nessas varas da infância que nós visitamos, encontramos diversos problemas: apenas uma vara para atender, às vezes, diversos Municípios; sobrecarga de inquéritos, de processos que não são digitalizados, que não têm um acompanhamento, da forma que deveria ser, pelos outros órgãos de defesa da criança e do adolescente.

Por isso nós queremos aqui, com esta audiência, esclarecer, na cidade do Rio de Janeiro, para a nossa população, como funcionam as promotorias da vara da infância e quais são as dificuldades que encontram, quantos inquéritos têm e que também já viraram condenações na questão... Quantos processos estão em andamento, se alguém foi penalizado na questão de abuso, de pedofilia, da exploração sexual de crianças e de adolescentes.

Que vocês façam um diagnóstico, para que possamos fazer uma avaliação dos trabalhos da promotoria aqui no Rio de Janeiro.

Muito obrigada.

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Bom dia a todos. Então, como já foi apresentado, meu nome é Vinícius Winter, eu sou da Subcoordenação das Promotorias Criminais, do Centro de Apoio às Promotorias Criminais, e acho que,



para facilitar, eu vou dar um panorama geral, focando nas Promotorias Criminais, e depois eles — o Rodrigo e o Afonso — complementam com a questão relativa à infância, de que eles podem falar melhor do que eu.

As nossas atribuições na Capital — primeiro eu vou falar da Capital — são bastante... As promotorias são bastante especializadas. Então, nós temos promotorias que trabalham somente com a questão da infância, de que depois eles vão falar melhor, que se dividem em infância infracional e infância não-infracional; e, na minha área, a área criminal, nós temos promotorias que trabalham somente com investigação penal, o que significa dizer que este promotor que trabalha com a investigação penal vai até o momento da denúncia ou arquivamento — às vezes, infelizmente, é caso de arquivamento, mas o caminho natural é o oferecimento de denúncia. Ele trabalha com a polícia, diretamente, nas investigações, e, ao oferecer denúncia, diante da especialização, ele já não vai ser mais o promotor do caso.

Esse, até então, inquérito, após o oferecimento da denúncia, quando o juiz a receber, vai virar uma ação penal. Vai haver, então, formalmente uma acusação, o acusado tem lá o seu direito de defesa e tudo, e então já estamos falando de uma segunda promotoria, que é a promotoria criminal, que atua junto à vara criminal. Em números, aqui, na Capital, são 43 promotorias criminais e — eu não tenho o número exato aqui — mais de 30 promotorias de investigação penal.

Existe, embora não seja a nossa área, falando da polícia, uma Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e existe também a DCAV — eles vão falar melhor sobre isso. Existe uma promotoria específica... Dessas mais de 30 promotorias de investigação penal, existe uma promotoria, da Dra. Ana Lúcia, não sei se a senhora conhece, que trabalha somente com as delegacias de proteção, especificamente com as delegacias de proteção.

Tudo isso que eu falei é relativo à Capital. No interior, no Rio, somos, se não me falha a memória, 96 Municípios. Então, aqui, é claro que há deficiências, e nós sabemos disso, mas, felizmente, desses 96 Municípios, se não me falha a memória, 92 são comarcas. Então, só quatro cidades — lembro, de cabeça, as cidades de Quatis, Carapebus e Areal; há uma quarta que eu não estou lembrando —, somente essas quatro, que são cidades muito pequenas, não são comarcas. Então, esse



problema de uma vara para várias comarcas, felizmente, nós não temos. Temos outros, mas não esse.

E no interior, obviamente, as atribuições são mais concentradas, dependendo da realidade local. Por exemplo, cidades pequenas, do tipo de Natividade e de Porciúncula, no noroeste fluminense, só têm uma vara, porque não há movimento para mais do que isso, e só há uma promotoria e só uma defensoria. E esse juiz, esse promotor e esse defensor trabalham com todas as matérias: família, infância, cível, criminal, enfim.

Temos umas cidades de tamanho médio, como Petrópolis, que é minha cidade natal, e Volta Redonda, com cerca de 300 mil habitantes, que já comportam uma certa especialização. Por exemplo, em Volta Redonda nós temos uma promotoria só de investigação penal — estou apenas citando exemplos — e temos lá duas promotorias criminais. Temos também promotorias de violência doméstica. Eu não entrei nesse detalhe de violência doméstica porque não diz respeito propriamente à matéria aqui tratada.

Então, esse é o panorama geral da nossa divisão de atribuições, da nossa estrutura.

Em relação aos dados, nós temos três bases de dados em que podemos falar sobre exploração sexual e violência sexual. Temos a base de dados da polícia, das investigações em curso; temos a base de dados do Tribunal de Justiça, da qual constam as ações penais em curso; e temos a base de dados do Ministério Público, que se refere... Nós temos dados dos dois lados: tanto dos processos sobre os quais nós já oferecemos denúncias e que foram para o Tribunal de Justiça e estão lá, na base deles, como das investigações, porque, obviamente, nós somos fiscais das investigações; isso passa pela gente. Quando, por exemplo, o inquérito não está finalizado, há necessidade de uma complementação de diligências, nós o devolvemos ao delegado, especificando as diligências, enfim, pedindo, requisitando o que estiver faltando ali.

Dessa maneira, esses dados são bastante específicos. Por exemplo: condenações. Como eu falei no início, antes de começar, isso não consta da nossa base de dados. A quantidade de condenações teria que ser buscada no Tribunal de Justiça, mas nós podemos...



*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Nós temos...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês acompanham, para ver o resultado? Vocês têm o resultado dessas investigações?

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - É, nós acompanhamos todos os inquéritos, todas as investigações de todos os processos, na medida em que tudo é informatizado. O processo ainda não é digital. Aqui no Estado do Rio, só no segundo grau que o processo é digital. Estão começando a digitalizar o processo na primeira instância. Exemplo: a 21ª Vara Criminal da Capital. É o projeto, vamos dizer assim, piloto, hoje, no primeiro grau, essa vara. Mas a tendência é que, em breve — aí também não posso dizer porque é um dado do Tribunal —, acho que em mais 1 ano, 2 anos, estaremos totalmente com todos os processos digitais. Mas nós temos o nosso sistema informatizado, e tudo o que entra e sai é registrado nele. Chama-se MGP — Módulo de Gestão de Processos. Então, nós temos esse controle, sim, no nosso sistema, porque hoje é obrigatório que toda entrada e saída, seja de inquérito, seja de processo, seja de investigação interna nossa — temos também procedimentos administrativos —, tudo passe por esse sistema. Então, nós temos, sim, esse controle, embora, repito, ainda não seja processo digital. Há o registro de tudo o que foi feito no sistema digital, mas não é processo digital. São situações diferentes.

Recentemente, o Senado nos pediu por escrito — não era nem... Acho que não era CPI — dados relativos a tráfico de pessoas. Então, nós os levantamos, justamente com base no nosso sistema e com base no sistema do Tribunal de Justiça, e remetemos.

Então, qualquer solicitação que a CPI quiser de dados, nós temos, não agora, exatamente, neste momento, mas num período rápido, uma semana ou menos, temos condições... A senhora pode nos pedir os dados, nós temos condições de fornecer todos esses dados.

E, genericamente falando, das condenações, das ações penais, no Rio, nós somos 6 milhões de habitantes, aproximadamente, só na Capital. Então, é diário o oferecimento de denúncia contra pessoas que cometem abuso sexual. Enfim, isso é o nosso dia a dia. Temos vários casos...



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quantas denúncias, mais ou menos, por dia, de abuso sexual?

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Eu teria que buscar isso no sistema. Eu não tenho isso...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Posso, sim. Vou anotar aqui...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Agora há alguma denúncia de rede de prostituição, de turismo sexual com crianças e adolescentes ou casas de prostituição que vocês estejam investigando, que faça uso de crianças e de adolescentes? Porque nós temos estado em outros Estados, e essas redes, que agora são muito organizadas, saíram até das casas de prostituição, que são as casas de massagem, as boates. Elas estão alugando casas para turistas, e essas casas é que eles usam para fazer festas com crianças.

E eu tenho notícias de que, na Barra da Tijuca — nós estamos apurando ainda, porque é uma denúncia, a gente tem que ter outra, para a gente poder ver se é verdadeira e para não haver equívoco —, há uma dessas casas, alugada, num condomínio desses chiques, caríssimos, onde eles fazem essas festas, esse tipo de festa. Para entrar, às vezes, custa 5 mil reais o ingresso até para se usar. E lá dentro se encontram menores de idades, tanto meninas na faixa de 12 a 16 anos. Isso foi uma informação em *off*. Um jornalista passou para mim; aí disse que ia mandar o restante; aí ficou com medo; aí a gente está esperando ele acabar de fazer o levantamento, para trazer endereço, essas coisas.

Então, eu gostaria de saber se vocês têm esse tipo de denúncia, se vocês estão investigando algum caso desses.

Nós recebemos também, na ALERJ, uma denúncia de que, na Zona Oeste, Campo Grande e Santa Cruz, tem um grupo de milicianos que começaram a fazer uma rede de exploração sexual infantojuvenil. Isso está sendo até investigado, isso está até já com a Dra. Ivone. Também ela recebeu a mesma denúncia.

Então, nós queremos saber se vocês têm esse tipo de investigação aqui. Naquele ponto ali, nós sabemos, ali do CEASA, onde tem os caminhoneiros, nós acabamos com um ponto de prostituição naquele lugar, colocamos um centro de



apoio do Conselho Tutelar, que era para avisar os caminhoneiros. Fizemos várias campanhas.

Nós já fizemos duas diligências ali; eu já fiz, eu acompanhei duas diligências há alguns anos. E acho que, há 1 ano mais ou menos, a Dra. Ivone fez outra com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, e foi constatada a mesma coisa ali: menores se prostituindo.

Na primeira vez nós encontramos meninas que estavam oferecendo o corpo a 1,99 real. Isso foi em 2007 e em 2008. Foi assim. Depois nós voltamos lá com a Polícia Civil e encontramos meninos. Aí a gente estava fazendo recolhimento, chegamos até a levar um menino. Chamamos o Conselho Tutelar, pois um deles tinha idade bem menor do que a dos outros, tinha 11 anos de idade, e nós levamos ele para casa.

Só que, quando essas operações são feitas, eles avisam, então, sai todo mundo, corre aqui, corre para ali. Mas, nessa dos meninos, a gente ainda conseguiu recolher bastante. Ali havia muitos travestis, adolescentes transexuais.

Então, nós queremos saber se vocês continuaram. E nós mandamos essa denúncia para o Ministério Público na época, e eu não sei como ficou e se vocês continuam ainda investigando. Tem uma denúncia de que, no quilômetro 32... Isso fica onde, Ana?

**A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA** - Na estrada Rio-São Paulo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É, estrada Rio-São Paulo. É dentro do Rio, mas em que altura mais ou menos, que bairro?

**A SRA. ANA ELISA BANHATTO CORREIA** - Eu não sei exatamente. É Região Metropolitana.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Aí então, não. Não é não? Eu pensei que era aqui, que estava perto da nossa diligência.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Pode ser Baixada Fluminense.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É, Baixada. Itaguaí, por ali.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Rio-São Paulo é Dutra.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Dutra. É...

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Tem que saber se é BR-101 ou



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ...Santa Cruz. Então, é isso mesmo, por ali, deve ser por ali. É o mesmo grupo, porque também existe a exploração sexual de menores ali, de crianças e adolescentes.

Então, nós queremos é saber se vocês têm esse tipo de denúncia, se vocês estão investigando, no que vocês poderiam nos ajudar nesse sentido.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Não, nós podemos checar todos esses casos. É que é difícil a gente responder caso a caso, porque são inúmeros, são muitos. Eu sei, por exemplo, de cabeça que, há pouco tempo atrás, um promotor de Niterói, promotor de Investigação Penal de Niterói, conseguiu lá flagrar menores numa casa de prostituição. E foram fechadas umas duas ou três. Eu sei que em uma tinha menores.

Têm sido feitas operações. Por exemplo, em Niterói, houve operação. Até a Delegada Bárbara, que estava na segunda-feira, falou daquele caso da Rocinha. O da Barra da Tijuca, de cabeça, eu não sei dizer, mas deve haver; provavelmente, se foi remetido para cá, há investigação. E é interesse nosso sempre, dos promotores de Justiça. Há um empenho nesse sentido de fazer operações, de fechar essas casas.

Recentemente, no Rio também, casas de prostituição consideradas de altíssimo padrão foram interditadas na Zona Sul, Ipanema, enfim, em bairros nobres, isso tem sido feito.

Agora, eu repito: todas essas informações nós temos como checar no nosso sistema e nós podemos, sim, passar. Vamos fazer o levantamento. Eu anotei alguns dados aqui e se tiver algo mais é só...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Se não estiver em sigilo de justiça.

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Sim, se houver sigilo, nós vamos informar que estão em sigilo. Mas o Dr. Rodrigo e o Dr. Afonso eles devem ter... Eu não entrei na questão do grupo. Existe um grupo de combate a abuso sexual que atua na área. Apesar de o centro de apoio dele ser da infância, esse grupo atua nas duas áreas, na área criminal e na infância, e eu acho que, talvez, de uma ou outra operação também eles saibam e podem complementar também.





**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, eu vou para o Dr. Rodrigo para falar sobre esse assunto.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Bom dia Deputada, agradeço pela oportunidade de participar dos trabalhos da CPI e contribuir prestando informação sobre o trabalho do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em relação à questão do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu vou aproveitar que a senhora abriu um pouco o tema para falar sobre a rede de proteção da infância, que influi diretamente nessa questão da exploração sexual. Eu vou fazer um panorama geral do atendimento, dos órgãos de atendimento na Capital, no interior, e, depois, entrar especificamente no nosso trabalho em relação ao enfrentamento da questão da violência sexual.

Em primeiro lugar eu vou abordar aqui a questão do Poder Judiciário.

Existe uma associação, que é a Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos, que — eu acho, se não me engano — no ano de 2008 fez um trabalho, que foi publicado e pode ser facilmente encontrado na Internet, além de publicação impressa, com a proporção, no País inteiro, da população para varas da infância e juventude especializadas. Eu acho que é um marco que a gente usa até hoje, mesmo sendo dados antigos.

E, na época, ficou demonstrado que o Município do Rio de Janeiro, principalmente, era um dos piores na proporção de número de habitantes e varas da infância e da juventude especializadas. Para a senhora ter ideia, nós temos um Município do Rio de Janeiro com uma complexidade imensa, com mais de 6 milhões de habitantes, e temos apenas duas varas especializadas.

A antiga, que a gente chamava de Primeira Vara, faz toda a parte protetiva, a parte cível de adoção, criança e adolescente em situação de rua, criança e adolescente vítima de abuso e exploração sexual. E a Segunda Vara, a antiga, trata da questão dos adolescentes em conflito com a lei, que praticam ato infracional.

Claro que essas varas têm alguns juízes auxiliares, que auxiliam os juízes titulares, mas são apenas duas varas para mais de 6 milhões de pessoas. Então, a senhora tem a ideia da lentidão com que os processos tramitam, principalmente de



adoção, nessa área de proteção, porque a vara é muito inchada, a juíza fica assoberbada para tratar de um grande contingente populacional.

Foram criadas depois pelo Tribunal, para amenizar um pouco essa situação, varas regionais na capital. Então, nos temos uma vara regional no eixo da Zona Oeste, que pega os bairros da Zona Oeste, e temos uma que pega áreas de Madureira e Jacarepaguá. Então, nós teremos, no total, três varas da parte protetiva e uma vara da parte infracional para todo o Município do Rio, que é um número insuficiente e prejudica muito o atendimento por parte do Poder Judiciário.

Em relação às questões dos conselhos tutelares. Também temos uma das piores proporções dos conselhos tutelares. A gente, a partir de uma série de trabalhos até de grupos nacionais, trabalhos antigos na área da infância, no Estado do Rio de Janeiro alcançamos o patamar em que todos os Municípios possuem pelo menos um conselho tutelar. Isso já é uma garantia.

No Município do Rio também, da mesma forma, a Vara da Infância tem uma das piores proporções do País. Hoje em dia os critérios do CONANDA — o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente determinam um conselho tutelar para cada 100 mil habitantes. No Município do Rio de Janeiro nós temos apenas 12 conselhos tutelares, que trabalham em condições extremamente precárias, não só em termos de instalação física, capacitação técnica. As áreas em que eles atuam são extremamente amplas, eles não conseguem apurar e trabalhar todas as denúncias aplicando as medidas protetivas cabíveis.

Nesse sentido, o Ministério Público, cumprindo sua atribuição, tem feito um trabalho, não só a gente na coordenação, que é um trabalho mais de política institucional, mas também de contribuição no sentido do extrajudicialmente em relação ao diálogo com o gestor, com a prefeitura. Já é uma luta histórica do Ministério Público a ampliação do número de conselhos tutelares. Mas também é um problema histórico. No Município do Rio já foram várias gestões municipais em que esse problema não foi considerado prioritário — a ampliação do número de conselhos tutelares.

Então, com muito esforço, muita conversa com o gestor, conseguimos que fosse editada uma lei municipal prevendo a ampliação do número de conselhos tutelares, criando mais dez. Então, temos dez conselhos e foram criados mais dez.



Desses dez criados pela nova lei municipal, apenas dois foram implementados, porque a lei municipal fala que eles vão ser gradativamente implementados, mas não fala o prazo. Então, é mesmo aquele diálogo com o gestor.

Além de tudo isso, há as ações civis públicas propostas por uma das promotorias da capital em face do Município do Rio de Janeiro, para que haja essa ampliação urgente do número de conselhos tutelares.

Os conselhos tutelares, como eu falei, trabalham em condições precárias em uma área de atuação muito ampla, áreas geográficas muito amplas. Então, eles têm dificuldades de material, de carro, de capacitação e uma série de dificuldades com o nosso trabalho do dia-a-dia.

Em relação às delegacias especializadas, temos duas. Principalmente vou destacar as da capital, que atuam no Município do Rio. Há a DCAV, cuja titular é a Dra. Bárbara Lomba, que é a de proteção de crianças e adolescentes vítimas. Então, pegaria mais esse aspecto das vítimas de violação de direitos como um todo, principalmente também as de violência sexual. E há a DPCA, que cuida dos adolescentes em conflito com a lei.

Eu não estive presente na audiência pública, mas acredito que tenha sido falado que a DCAV trabalha também em condições precárias, instalações físicas precárias, não funciona 24 horas — o que é um absurdo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Foi falado que ela estaria funcionando.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Não sei se é um dado recente. Mas até há bem pouco tempo eles faziam um expediente até um determinado horário e depois os registros eram feitos em delegacias distritais. Não sei se houve alguma mudança na polícia.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós estivemos com a Chefe da Polícia Civil, a Marta Rocha, e ela passou para a gente dizendo que a DCAV vai entrar nos moldes da Delegacia Legal.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Então, pode ser um projeto recente.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E aí é um projeto. Ela disse que vai mudar as instalações. E isso é verdade. Eu conheço bem a DCAV, sei como



é a sala, principalmente a de psicologia, onde ficam os psicólogos para atender as crianças, para escuta. Não tem nada, nem móveis e nem brinquedos. Nada. Não tem nada ali. E eram os policiais que faziam ali uma vaquinha para comprar as coisas. E o Delegado que estava lá na época, ele é quem servia o cafezinho para as visitas. Ele é quem fazia tudo.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É muito precário, né.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Até o sofá era todo furado. E eu fiquei feliz porque ela deu a notícia de que vai fortalecer. E é uma só delegacia para todo o Estado. Eu acho um absurdo. Nós deveríamos ter pelo menos duas delegacias, para que fossem divididas as denúncias. Quer dizer, se há uma denúncia de longe, às vezes não chega. Se houver uma denúncia em Macaé — vamos dizer que a criança foi abusada lá —, até a mãe sair de lá, de Campos ou seja lá de onde for, para chegar à delegacia e fazer a denúncia levará horas ou dias. E às vezes ela não tem condições financeiras. Então, fica muito difícil. E aí ela vai à delegacia comum. Então, a criança, às vezes, passa por vários constrangimentos.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA**- Não tem um local adequado...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não tem, porque eles não são preparados para isso. Então, a criança é revitimizada.

Então, é um dos pontos que a gente gostaria que vocês batessem mesmo, para que a gente possa pedir ao Governo que tome providências em relação a isso.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Prosseguindo. Então, nós no Centro de Apoio da Infância, com o Dr. Vinícius colocou, ficamos responsáveis, como Promotores da Infância, pela parte de proteção. Os Promotores da Infância aqui no Rio, especializados na matéria, não têm atribuição criminal. Então, na parte de proteção, articulação com a rede, encaminhamento, é tudo com a Promotoria da Infância. O Promotor criminal é o que faz a investigação do crime praticado contra a criança e o adolescente.

Claro que quanto mais se vai para o interior vamos tendo menos especialização.

Então, sendo um Juízo único, o Promotor que atua faz tudo na cidade, crime, proteção. Agora, mais na capital e na região metropolitana, trabalhamos com especialização. Há os promotores que investigam e ajuízam ação criminal em face



do abusador, do agressor sexual e de quem viola o direito da criança, e os Promotores da Infância ficam com a parte de proteção e articulação.

Bom, voltando aqui aos canais e números de denúncias. Nós temos basicamente três fontes de denúncia para a violação de direitos da criança e do adolescente e muitas, a maior parte dessas denúncias são sobre violência sexual, sem dúvida alguma. Temos o Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos; o Disque-Denúncia, que é ligado à Secretaria de Segurança Pública, um número; e a Ouvidoria do Ministério Público, que pode ser acessada por qualquer cidadão, através do telefone 127 ou da página do Ministério Público na Internet, onde se faz a denúncia por escrito.

Todos esses canais de denúncia mandam diariamente centenas de denúncias para o nosso centro de apoio, que dá apoio também administrativo às Promotorias.

Então, o nosso trabalho é analisar a denúncia, fazer a avaliação, a triagem e o encaminhamento adequado ao Promotor que terá que atuar naquele caso.

Então, temos alguns números aqui do Disque 100. Temos uma relação muito próxima com a equipe do Disque 100. Eu, particularmente, acompanhei muito esse trabalho, porque participo de grupos nacionais de coordenadores da infância e foi uma luta muito grande para a melhoria do sistema. Antes a gente recebia — não sei se a senhora teve notícia sobre isso nos outros Estados que visitou — essas denúncias do Disque 100 com um atraso muito grande, porque elas vêm em papel impresso. Então, por uma questão logística, eles trabalhavam aquela denúncia, faziam aquela filtragem, juntavam as denúncias do Estado e nos mandavam em lotes. Então, chegavam aqui no protocolo do Ministério Público - três meses depois de feitas — 2.500 denúncias. Aí parava o prédio inteiro, porque se tem que colocar capa em cada uma, dar um número de distribuição e encaminhar ao nosso setor. E até chegar às mãos do Promotor o tempo era de 4 meses.

Então, a gente lutou muito, fizemos diálogos com a Secretaria de Direitos Humanos — até mesmo com a Ministra Maria do Rosário diretamente, que participou desses trabalhos —, no sentido de abrir ao Ministério Público o acesso ao sistema informatizado, acabando com esse atraso no envio da denúncia em papel. E foi celebrado um termo de cooperação entre o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que reúne todos os chefes institucionais do MP, e a Secretaria de Direitos



Humanos, dando acesso aos Ministérios Públicos Estaduais ao SIMEC, que é o sistema de processamento das denúncias do Disque 100. Então, isso mudou totalmente a realidade, porque a denúncia, agora, no máximo em 24 horas chega ao nosso centro, e a gente faz o encaminhamento *on-line* imediatamente para a Promotoria com atribuição.

Então, houve uma mudança muito grande na velocidade com que essa informação chega.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Um parêntese: é Criminal e Infância.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É. Eu ia falar do fluxo. Esse encaminhamento do Disque 100 tem todo um encaminhamento interno dentro do Ministério Público. Na Infância, quando recebemos, nós vemos a denúncia, vemos qual é o promotor da área de proteção, ou seja, da Infância, que vai receber aquela denúncia e também encaminhamos aos centros de apoio criminal para fazer o encaminhamento na área criminal, porque todos aqueles fatos narrados, uma vez confirmados, também configuram crime.

Então, nós temos esse volume, esse processamento interno, nesse fluxo já fixo de Infância e Criminal, pelo menos, para apuração dessas denúncia em caráter de urgência e de forma imediata.

E, da mesma forma, a Ouvidoria também é uma sistema interno do MP do Estado do Rio de Janeiro. Mas a gente processa da mesma maneira. Aí, na Ouvidoria, tem um encaminhamento também: vai para o Promotor Criminal; vai para o Promotor da Infância e também é um sistema informatizado. Então, já tinha esse dinamismo maior do que o Disque 100, que agora a gente conseguiu.

Na minha avaliação, os números do Disque 100 no Rio de Janeiro oscilam. Isso oscila em qualquer época, seja recesso, seja feriado, seja final de semana. Agora melhorou muito porque, a partir da ampliação da rede do Disque 100, que era um serviço originalmente para violência sexual contra a criança e adolescente, que foi ampliado para violação de direitos humanos. Então, eles ampliaram o número de atendentes da central em Brasília, que eu já visitei, e colocaram a central funcionando 24 horas, que é muito importante. Antes não funcionava 24 horas. Então, houve um avanço, um aumento no número de denúncias.



Então, essas denúncias oscilam. Por exemplo, eu tenho aqui um levantamento, mais ou menos, do primeiro semestre do que chegou ao 4º CAO, ou seja, na Coordenação da Infância. Por exemplo: fevereiro, 1.070 denúncias; março, 1.442; abril, 370; maio, 1.539; junho, 1.346; julho, 1.478. Então, o total, nesse primeiro semestre, digamos assim, foi de 7.336 denúncias.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas todas são de abuso e violação?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Não. Esse é o número total de violências contra crianças a serem apuradas.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É o total de violência contra a criança, mas não é específico.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Mas a gente tem como fazer esse filtro. Com o contato diário que temos com a SDH, a gente já no próprio SISMEC filtra essa denúncia e podemos informar.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vocês podem passar essa informação para a CPI?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Podemos. No Rio de Janeiro, o que tem, podemos sim, com certeza. Vou anotar aqui como uma pendência para gente.

Em relação à exploração sexual — agora já entrando no tema —, dentre os temas da infância considerados prioritários, esse tema da violência nós já elegemos na coordenação como prioritário. Então, desde 2011, fizemos um projeto institucional, que foi essa campanha desse material "*Quem cala consente*". Na verdade, não é bem uma campanha propriamente, é mais do que isso, é uma mobilização permanente de enfrentamento à violência que tem vários materiais e várias abordagens e estratégias.

Então, começamos com uma campanha. A ideia é sensibilizar a sociedade para o tema, porque ainda existe muito preconceito.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - É o Disque 127?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É o da nossa Ouvidoria e o Disque 100, que foram os números com os quais a gente trabalhou como canais de denúncia.



Então, um dos grandes problemas em relação a esse tema é a subnotificação de denúncias. A gente sabe que, se a gente se espanta com esses números que a gente vê do Disque 100 e dos canais de denúncia em relação à violência sexual, podemos imaginar que isso é cerca de um décimo do que acontece no mundo real. As pessoas têm medo, têm preconceito. Elas não podem denunciar porque elas não querem se envolver. Aqui no Rio de Janeiro há o problema das comunidades, da violência. As pessoas não querem se envolver porque, às vezes, têm ligação com a milícia e com o tráfico e não querem denunciar.

Então, qual é o objetivo da campanha? Informar quais são os canais de denúncia e conscientizar o cidadão de que ele pode denunciar sem medo, porque ele pode fazer essa denúncia de forma anônima.

Então, a gente fez um *folder* explicando o que é o abuso, o que é a exploração sexual, como denunciar — "*Denuncie sem medo. Quem cala consente.*" —, envolvendo o cidadão, de forma que, quem tem consciência de que há uma violação ou qualquer violência contra a criança, principalmente a violência sexual, mas não denuncia, está ficando conivente, inserindo-se nessa rede de violação, porque tem condições de denunciar com segurança, de forma anônima, protegida.

Até na nossa Ouvidoria existe um campo em que o denunciante pode declarar oficialmente que ele não quer que seu nome seja divulgado, que não conste da denúncia. E fica uma informação só para o Ministério Público, onde aparece o nome do denunciante. No Disque 100 eles trabalham também com a denúncia anônima. Então, é possível denunciar.

Então, a partir dessa mobilização a gente fez um evento em 2011 chamando toda a sociedade — Conselho Tutelar, Conselho de Direitos, Juiz, Promotor e Defensor Público —, para iniciar essa mobilização no Estado.

Então, fizemos, partir disso, vários trabalhos, panfletando e distribuindo esse material. Fizemos cartilhas e cartazes e as entregamos a todos os órgãos públicos. A demanda por esse material é permanente, não para. Eu faço uma impressão de 6 mil *folders*. Daqui a três meses faço mais 6 mil, mais 10 mil, porque não param de solicitar.

Felizmente, os Conselhos de Direitos e Tutelares, escolas, enfim, todos usam esse material no Estado. Muitos órgãos públicos têm esse cartaz, esse símbolo da





campanha como uma mobilização permanente. Mas, além da campanha, a gente foi um pouco mais, porque não era só a campanha. A campanha foi apenas a primeira etapa. Depois dessa primeira etapa da campanha, nós continuamos fazendo mobilizações na área de saúde, conversando com médicos e enfermeiros em eventos deles, até mesmo na área privada. Também visitamos escolas, fazendo esse trabalho e distribuindo esse material.

Fazemos trabalhos específicos com diversos segmentos de turismo também, principalmente. A gente sabe que a questão do turismo, quando se entra na exploração sexual, ainda é um problema, principalmente na zona sul do Rio. Há convivência, gerentes de hotéis envolvidos, barraqueiros de praia, como ocorre nas cidades que têm praia. E aqui no Rio de Janeiro a exploração sexual assume diferentes formas, dependendo do bairro.

A gente tem notícia — e vou falar de algumas formas mais comuns que já identificamos no Município do Rio de Janeiro.

Em relação à campanha, também, o Ministério Público tem uma participação permanente no Fórum de Enfrentamento à Violência Sexual contra a Criança e o Adolescente — que não existe em todos os Estados do Brasil, mas aqui existe esse fórum permanente. Então, é um fórum de mobilização com diversos atores que se reúnem mensalmente para discutir os problemas da violência sexual. A gente comparece mensalmente a esse fórum, trazendo ideias, comentando políticas, enfim, provocando o fórum em relação a diversos temas relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes.

Nós fizemos um trabalho dentro do contexto desse fórum. Na verdade, é um trabalho do fórum em que o Ministério Público participa como órgão, visitando as principais regiões do Estado onde há identificação de violência sexual contra a criança. E nessas regiões a gente faz uma mobilização conjunta com os atores.

Então, vai-se a uma escola municipal...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Em quais regiões vocês têm mais denúncias?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Olha, a região noroeste fluminense — Itaperuna, aquela região do norte fluminense — e a Região dos Lagos, por ser uma região de praia. São locais que a gente identifica. E o Estado



também tem como dado oficial que são essas as piores regiões, onde há maior número de casos de violência sexual contra a criança e o adolescente, tanto que, no trabalho desse fórum permanente de mobilização, eles iniciaram por essas regiões. Eles foram aos principais municípios dessas regiões e fizeram uma mobilização, convidando todos os atores da rede de proteção à criança e ao adolescente. Então, chamou-se delegacias, Conselho Tutelar, Defensoria Pública, Juiz, Promotor, Conselho de Direitos, enfim, faz-se uma grande mobilização também na área de educação, saúde, de gestores públicos. E aí cada entidade fala como é o seu trabalho. E a ideia dessa mobilização é construir um fluxo de atendimento para que essa criança transite dentro do território.

A partir do momento em que é feita denúncia, independentemente de qual seja a porta de entrada, venha pela delegacia ou pelo hospital — e isso ocorre quando a criança é vítima de um estupro e é levada imediatamente ao hospital —, a ideia é que se organize aquela sociedade, aquela comunidade local para tratar do problema com mais eficiência. A gente sabe que na região metropolitana e capital temos muitas organizações não governamentais atuando com o tema. Mas, no interior do Estado, como no interior de qualquer Estado do Brasil, nem sempre a sociedade está mobilizada.

Então, a gente conta mesmo com uma estrutura mínima: Promotoria de Justiça, Defensoria Pública, Poder Judiciário e Delegacia. Mas na Capital nós já temos entidades ativas trabalhando com o tema de forma especializada. O Ministério Público do Rio participa permanentemente, mensalmente das reuniões dos conselhos de Direito. Nós temos o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente, o CEDCA, que tem uma Promotoria específica que fiscaliza a atuação desse Conselho. Então, essa promotora vai mensalmente na reunião e, às vezes, ela pede nosso auxílio. Nós também comparecemos. E no interior do Estado os promotores procuram, que têm atribuição em Infância e Juventude, participar das discussões dos Conselhos Municipais de Direitos das Crianças e Adolescentes, onde o tema da violência contra criança e violência sexual também é trabalhado.

Dentro do contexto do nosso trabalho dessa campanha, a gente fez a cartilha, o cartaz, o *folder*, um DVD, que tem um filme que está no YouTube, de 7 minutos, que fala, entrevista pessoas especializadas, adolescentes não identificadas que



foram vítimas de violência sexual. Mostramos matérias jornalísticas com o objetivo mesmo de sensibilizar. Esse conteúdo está no DVD, um filme de 7 minutos. Criamos, dentro do contexto dessa mobilização, um grupo especializado, pelo menos não tenho notícia de ter esse grupo em outro Ministério Público do Estado brasileiro. Foi uma atividade meio pioneira, foi uma ideia que a gente teve nesse projeto. A ideia é ter um grupo especializado de apoio aos promotores de investigação penal.

Então, qual é a ideia? O promotor de investigação penal tem um volume de inquérito imenso. E, dentro daquele número imenso de inquéritos, ele tem inquéritos que investigam situações de abuso e de exploração sexual. Então, como desafogar? Como dar mais agilidade à tramitação desses inquéritos dentro do Ministério Público nessa relação com a Polícia? A nossa ideia foi criar esse grupo. Esse grupo é um grupo de auxílio. O promotor, que tem atribuição, ele não é obrigado a encaminhar o inquérito para esse grupo; ele encaminha se quiser, ele pode ou ele mesmo acompanhar essa investigação ou pedir apoio ao grupo especializado. Muitos pedem apoio, mas nem todos promotores pedem apoio ao grupo. Então, nesse grupo nós temos dois promotores que estão dedicados a esse trabalho. Eles recebem os inquéritos, pedem as diligências, fazem as denúncias. A ideia é agilizar, tirar daquele bolo.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quem faz parte desse grupo?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Dois promotores, uma promotora da infância e um promotor de investigação penal que trabalha recebendo inquéritos advindos do grupo. Não temos uma grande estrutura nesse grupo. A demanda é uma demanda mensal fixa relativa. Posso também levantar esses dados. É um trabalho ainda novo, de sensibilização, porque nem todos os promotores aderem ao grupo. Mas, pelo menos a ideia não é substituir a rede ou fazer nada dentro do Ministério Público em relação a atendimento dessas crianças, porque não é esse o nosso papel. Mas a gente tenta dar uma agilidade na tramitação do inquérito. E tem saído várias denúncias em relação a casos de investigação. Porque o que a gente fala em relação a ser caso de abuso e exploração sexual, o objetivo não é aumentar o número de condenações, é dar um fechamento àquele caso. Até porque tem muitas denúncias falsas. Mas, assim, que a aquela família não fique com



aquele peso, com aquela desconfiança em relação a ter havido um abuso ou não. Que aquele fato possa ser apurado e seja feito o encaminhamento cabível. Vamos entrar agora na parte do atendimento especializado à vítima de violência, que entrou na questão do depoimento especial, depoimento sem dano. O tema é um tema um pouco controvertido...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Nós estivemos em Recife... O Juiz de lá, Luiz da Rocha...

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Conheço.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ...tem um trabalho muito bonito em relação a esse depoimento sem dano. A disputa está, sim, com uma tecnologia avançada, um serviço de inteligência. E eu gostaria de saber como está no Rio.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Como está no Rio. Vamos lá. Em relação ao depoimento especial, hoje chamado depoimento especial, antigo depoimento sem dano. Então, como a senhora sabe a ideia é não revitimizar a criança, evitar que a criança seja colocada em confronto ali com a parte diretamente na sala de audiência, com o juiz togado, com o promotor de terno, com perguntas feitas de forma inadequada. É uma experiência que tem no mundo inteiro. Existem publicações até na Secretaria de Direitos Humanos interessantes, um material antigo, mas que tinha um levantamento como é feito no mundo, onde essas salas estão localizadas.

A senhora sabe: a experiência pioneira é no Rio Grande do Sul, onde existe há mais tempo, teve o trabalho do Dr. Daltoé que trouxe isso para o Brasil. E muitos Estados já têm o depoimento especial implementado e fortalecido e funcionando bem em rede. No Rio de Janeiro, tivemos muita dificuldade na implementação do depoimento especial. Já é um pleito antigo porque o nosso posicionamento institucional no Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo menos no que diz respeito à área da Infância e Juventude, é de acolher e entender que o depoimento especial é a forma adequada, seja como vai ser feito esse depoimento, mas, assim, ter um olhar diferenciado, ter uma sensibilidade à criança e adolescente vítima, não submetendo a 7 ou 8 escutas, que é a média de uma criança na rede — ela é ouvida no Conselho Tutelar, Promotoria, Defensoria, e por aí vai. É a solução,



seja qual for a forma como esse depoimento vai ser conduzido como vai ser a experiência do depoimento especial, mas algo precisa ser feito.

Nós já fazemos um trabalho antigo de sensibilização do Poder Judiciário porque acreditamos aqui, como nos outros Estados do Brasil, que a sala tem que estar instalada dentro do Poder Judiciário porque é uma audiência de instrução e julgamento que é feita ali em base de produção antecipada de provas, então isso depende necessariamente da estrutura do Poder Judiciário. Foi um trabalho de sensibilização mesmo da nossa chefia institucional do Procurador-Geral de Justiça, da Coordenação da Infância e da Coordenação Criminal no sentido de sensibilizar o Poder Judiciário do Estado Rio de Janeiro na implementação da sala.

O grande divisor de águas dessa questão foi em 2010 quando o CNJ fez um grande evento em Brasília reunindo todos os juízes, promotores e defensores do Brasil e foi baixada a Recomendação nº 33, de 2010, que é aquela que fala que os tribunais devem implementar as salas de depoimento especial. Então isso deu um gás muito grande a esse trabalho. Infelizmente, no Rio de Janeiro, mesmo com essa recomendação em 2010 não foi adotada providência pelo Tribunal de Justiça no sentido de implementar essa sala, mas nós continuamos indo à reunião com o Presidente do Tribunal levando material, sensibilizando, oficiando, provocando o Poder Judiciário para que essa sala fosse implementada. Para nossa surpresa, este ano, no final da gestão da atual Presidente do Tribunal, na última reunião que tivemos para levar esse tema, ele nos informou que implementaria duas salas de depoimento especial. Já foram inauguradas essas duas salas.

Esta é a Dra. Renata, nossa Coordenadora Criminal, Deputada Liliam Sá.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Então, a partir desse trabalho de sensibilização o Tribunal implementou duas salas de depoimento especial, uma na capital, aqui no foro central, e uma na região de Madureira, que foi uma sala que surgiu muito a partir da mobilização local dos promotores da infância, dos promotores criminais, dos juízes que queriam e fizeram um requerimento formal ao Tribunal para que essa sala também fosse implementada lá.

Então nós tivemos duas salas recentemente inauguradas — há menos de 2 meses essas salas foram inauguradas — e agora que vem o trabalho principal do



Ministério Público, da rede de proteção e também da coordenação criminal. A gente tem trabalhado em total integração e parceria com os coordenadores criminais de infância e juventude, que é um tema que diz respeito a essas duas áreas, no sentido de construção do fluxo, ou seja, qual será o modelo de atendimento aqui no Rio de Janeiro.

A princípio, o Tribunal seguiu mais ou menos o modelo do Rio Grande do Sul com circuito interno de TV, e pelo que nós vimos os equipamentos já foram instalados. Já estão sendo realizadas algumas audiências, mas o nosso grande desafio agora é mobilizar e sensibilizar a rede porque a senhora sabe que há uma resistência nacional ao depoimento especial por parte o Conselho Federal de Psicologia.

Até nesse sentido é interessante destacar uma iniciativa do Ministério Público Federal do Rio de Janeiro e nossa, também do Ministério Público Estadual através de uma promotoria. No Conselho Federal de Psicologia existe uma resolução, assim como o Conselho Federal de Assistência Social, dizendo que os respectivos profissionais não podem atuar nessa experiência de depoimento especial e no Ministério Público Federal aqui no Rio de Janeiro, uma das promotorias aqui do Rio de Janeiro da Infância, da Capital, ingressaram com uma ação civil pública em face do Conselho Federal de Psicologia, do Regional, e conseguiram uma liminar para suspender os efeitos dessa resolução. Ou seja, os profissionais de psicologia não estão mais impedidos de atuar na técnica de depoimento especial, e o Juiz Federal do Rio concedeu efeito nacional a essa decisão. Então ela vale para o Brasil inteiro. Então nenhum psicólogo será punido porque está atuando no depoimento especial. Essa foi uma grande vitória do Estado do Rio de Janeiro, do Ministério Público Federal, no enfrentamento dessa questão.

Agora nós estamos com um trabalho em conjunto com a Coordenação Criminal, e junto à Secretaria de Segurança Pública foi instituída uma Comissão. Nós temos nos reunido praticamente de 15 em 15 dias com essa Comissão para discutir como vai ser esse modelo, ou seja, como é que essa criança vai passar pelo hospital, por todos os órgãos de proteção até chegar à sala de depoimentos. A sala já está lá funcionando, se o juiz quiser realizar audiência já pode realizar, mas de nada adianta se a rede não estiver preparada para ter essa sala como referência,



minimizando o número de escutas da criança. Então, a gente está neste momento aqui no Rio de construção desse modelo. E a nossa ideia é seguir o modelo do Rio Grande do Sul, que é o modelo que a gente acredita, de fazer um centro integrado de atendimento de saúde. Não sei se a senhora teve oportunidade de conhecer no Rio Grande do Sul...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - A CPI está marcada para o ano que vem para ir ao Rio Grande do Sul. Nós vamos conhecer o sistema, toda a estrutura.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Então, lá existe um centro integrado. A nossa ideia é ter um centro integrado na área de Saúde em que ali estivessem os profissionais de saúde que atendem a criança e o adolescente para fazer uma triagem mínima, um posto avançado da polícia, o IML, para que a criança não fique transitando dentro do território. No Município do Rio, às vezes, vai para o IML, é atendido por alguém que não tem sensibilidade, faz o exame sem ter muita preocupação com a situação da criança.

Então, a ideia é ter profissionais sensibilizados trabalhando juntos em um único local, como no Rio Grande do Sul, e construir a partir disso um fluxo. Daí também a necessidade de fortalecimento da DCAV, porque a nossa ideia é também propor à Polícia Civil a centralização disso na DCAV. Então, para isso, a DCAV vai ter que ser...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Agora, a triagem nos hospitais nem sempre ela é feita. A maioria das denúncias de crimes contra a criança acontece na madrugada.

Eu tive algumas experiências em relação a alguns casos que eu mesmo tive de denunciar. Me ligaram e eu tive de ir ao hospital para denunciar os casos. O CEDEDICA me ajudou bastante nessa questão.

Então, deveria ter nos hospitais esse centro de triagem porque o que está no Estatuto da Criança e do Adolescente é que eles façam imediatamente a denúncia, façam a notificação, só que não é feito. Então, deveria ter dentro dos hospitais uma triagem para os casos de violência contra a criança.

Eu estive na pediatria de um hospital — não vou dizer o nome por causa da ética — e nessa pediatria havia cinco crianças e todas tinham caído da laje. Aí eu



falei assim: "Meu Deus, vocês caíram da laje?" "Sim, nós caímos da laje." Eu falei: "Então, espera aí: vocês estavam na mesma laje, que obra era essa?" Falou: "Não, eu caí na minha casa, ele caiu na dele, caiu na dele..."

Quer dizer, não caíram de laje nenhuma, elas foram vítimas de espancamento, e eles falam sempre que caíram da laje. Como é que cinco crianças — eu achei aquilo incrível —, cinco crianças na mesma enfermaria, setor de Pediatria, dizendo que caíram da laje. Então, as enfermeiras conversaram comigo e falaram: "Olha, a senhora tem que ver porque a maioria dos casos aqui é na madrugada. Aí chega aqui não tem pessoas especializadas, todo mundo com sono, atende de qualquer jeito, eles entram de madrugada, que é para dizer que a criança caiu, que teve um acidente, porque aí eles não são investigados."

Então, eu acho que vocês deveriam também ajudar a gente nesse sentido, para que a lei ela seja cumprida.

**O RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Esse é um trabalho que a gente tem feito nessas sensibilizações de apresentação da campanha no contexto do Foro, quando a gente vai a um hospital, às vezes até falar para associações de médicos... A gente tem fortalecido essa obrigação. É infração administrativa o médico, o profissional de saúde, de educação, que não comunica quando tem ciência de suspeita ou confirmação de caso de violência contra criança, e não só violência sexual, com previsão de multa. Isto é um desafio muito grande, eu acho, na área de Educação e de Saúde.

Na área de Saúde, a gente tem centros de referência aqui no Município do Rio principalmente, mas é realmente como a senhora falou. Existe por parte dos médicos muito receio em fazer essa notificação. Às vezes, eles são orientados pela própria direção dos hospitais a não fazer essa notificação. Esse é um problema que a gente enfrenta.

Na área da Educação, a criança revela muitas vezes à professora, a um funcionário da escola um caso de violência sexual. Os casos são notificados ao Conselho Tutelar. Mas, em alguns casos, se for uma escola até privada, vai ter talvez a orientação de não notificar para não gerar um escândalo, uma imagem negativa para a escola. Isto é um desafio, um desafio nacional, eu acho, para a área de Educação.





Na área de Saúde, a gente tem um sistema, funcionando bem ou não, integrado, uma ficha única de notificação. Então, o profissional de saúde tem obrigação de saber que aquela ficha do SINAN vai abranger a mulher vítima de violência, criança, idoso. Existem instrumentos, existe como denunciar. Mas na Educação não existe um instrumento nacional, não tem uma ficha na área de Educação para a professora, para o profissional de educação fazer essa denúncia de casos de violência contra a criança. Então, cada um desenvolve seu próprio modelo em cada Município, em cada escola. Então, acho que isso é um desafio nacional na Educação ter também essa discussão, uma ficha integrada de denúncia. Era sobre isso?

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Eu fiz um projeto. Aí caiu na Comissão de Educação e foi rejeitado porque disse que estava sendo redundante, porque no Estatuto da Criança e do Adolescente já prevê, tanto para a questão da Educação como da Saúde.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É, da Saúde.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Mas eu achei que era importante...

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É sim, com certeza.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ...que tivesse passado. Você faria com que a lei fosse cumprida duas vezes, não é?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É verdade. Não, às vezes, a gente tem que repetir o óbvio, não é? Muitas resoluções (*ininteligível*) porque não se cumprem. Às vezes, um ato ou outro reforça.

Entrando agora no tema grandes eventos e grandes obras, considerando a situação do Município do Rio, das Olimpíadas, da Copa, enfim, vamos falar sobre o nosso trabalho nesse aspecto. Nós iniciamos algumas pesquisas em relação principalmente à questão das grandes obras, já prevendo questões para 2014 e 2016.

Eu peguei muito material na Internet sobre obras no Pará, um Estado que está muito avançado em relação a essa questão de grandes obras e de como eles enfrentam o impacto em relação à exploração e à violência sexual contra a criança e o adolescente, que aumenta incrivelmente em relação a isso. Eu fiquei estarecido



com os números. Eu vi que no Pará há um aumento de cerca de 208% no número de estupros em relação a uma grande obra, porque com a obra começam a surgir boates, situações ali no entorno para atender aos funcionários. Mesmo que sejam funcionários da obra ou pessoas de maior nível social que estejam ali envolvidos com aquele projeto, existe toda uma questão. É um serviço que é oferecido, um programa com crianças e adolescentes. Embora a área de Turismo seja muito reticente em relação ao tema turismo sexual, seja qual for o tema, é uma realidade em todo o Brasil. É um serviço a ser oferecido ao estrangeiro e a alguns brasileiros que procuram esse tipo de contato com crianças e adolescentes.

No Rio de Janeiro, especificamente, eu acompanho essa discussão em âmbito nacional com os coordenadores da infância e juventude e, no Estado do Rio de Janeiro, com o apoio aqui dos meus colegas do Criminal que estão trabalhando em conjunto. Tenho muita preocupação em relação a esse tema de grandes obras e principalmente grandes eventos, porque não vejo uma política nacional delineada de forma clara em relação ao enfrentamento dessa questão.

Sem dúvida alguma, o Governo Federal tem uma série de políticas que funcionam muito bem; tem o PAIR, que faz o diagnóstico da questão da violência sexual, um programa que existe em muitos Municípios do Rio de Janeiro. Agora, não tem sido mais implementado, mas em 2008, 2010, a gente viu o PAIR em muitos Municípios do Rio de Janeiro. Nós temos o Bolsa Família. Nós temos o próprio PETI para enfrentamento e erradicação do trabalho infantil, o trabalho de todas as instituições, mas não vemos assim uma política nacional muito clara. Recentemente, a gente viu até notícias na página da Secretaria de Direitos Humanos que o Governo Federal apresentou até no exterior um pacote de políticas transversais em relação a esse tema.

Mas eu não vejo uma política integrada, única, para o enfrentamento da questão com a seriedade que a questão exige e a urgência que a questão exige. É um trabalho preventivo, é um trabalho que envolve a atuação na área criminal, a atuação na área protetiva da infância, que tem que ser feito desde agora, porque 2014 está muito próximo. E os efeitos da olimpíada, de um grande evento, vão ser desastrosos aqui no Município do Rio, e a gente já vai ter um teste, a Jornada da Juventude Católica, que já é para breve. Já tem sido feito um trabalho pensando



também nisso. Vão ter adolescentes do mundo inteiro se hospedando na casa de fiéis, da Igreja e tal... E isso vai gerar certamente alguns casos de violência sexual.

Em relação a esse projeto, eu tenho participado das discussões nacionais. A gente tem tentado se articular nacionalmente com os órgãos, com a Secretaria de Direitos Humanos, com o Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual, mas também temos feito nosso trabalho local, em termos de Município do Rio de Janeiro e Estado do Rio de Janeiro. Então, nesse sentido, começamos recentemente a fazer um grupo interno aqui no Ministério Público com diversos atores, Coordenação Criminal do Ministério Público, Coordenação da Infância; chamamos a INFRAERO, chamamos a Secretaria de Turismo para fazer trabalhos preventivos em relação a essa questão.

Então, já estamos pensando numa nova campanha focando no tema da exploração sexual, com uma mensagem direta para colocar em aeroportos, para colocar em hotéis, com a seguinte mensagem: "Turista estrangeiro, fazer sexo com menor de 18 anos no Brasil é crime". Tem que ser uma mensagem assim direta, impactante. Dá cadeia, é crime, uma linguagem popular, e que tenha entrada em hotel, que tenha entrada em aeroporto...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Em vários idiomas.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Em vários idiomas. Pelo menos em inglês, em espanhol e em português.

Então, já estamos em fase final de definir essa campanha. Ontem tivemos uma reunião sobre isso, estamos fazendo em conjunto com a Secretaria de Turismo do Estado do Rio de Janeiro e diversos outros parceiros: Polícia Militar, Polícia Civil, o Delegado tem vindo da DCAV, representantes das chefias de polícia, e o trabalho está avançando. E a ideia mesmo é fazer um trabalho nessas duas esferas, na questão da infância e juventude, na prevenção, na articulação dessas redes de proteção, que elas têm que funcionar de forma muito integrada, porque senão o trabalho não vai fluir. E também nesse trabalho que a Dra. Renata pode dar alguns detalhes, que é uma questão de segurança pública e de inteligência, de identificação de quem é esse turista, de onde ele está vindo, o que ele está vindo buscar aqui exatamente, para desarticular essa rede logo na entrada dele no País.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Só uma pergunta. Ontem estivemos no Batalhão de Turismo e a nossa pergunta foi esta: se tem aqui uma Polícia para proteger o turista, mas não tem uma Polícia para proteger as nossas crianças do turista.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Sim.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, isso teria que ser revisto, porque não é atribuição deles combater essa prática ou fazer qualquer tipo de investigação em relação a isso.

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Hum, hum!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, a Polícia foi feita para proteger o turista do brasileiro. Mas aí, as nossas crianças ficam expostas e eles não têm essa atribuição. Isso aí, para a gente, é assim até meio desanimador...

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Hum, hum!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ... um quadro desanimador. E eles disseram que a atribuição é da Polícia Civil, foi falado isso ontem. "Não, isso aí não é com a gente, é com a Polícia Civil."

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Hum, hum!

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Então, eu gostaria que o senhor...

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É. Acho que a Dra. Renata pode falar para vocês. É da área criminal...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - ... pudesse explicar, ou a Dra. Renata explicar isso para gente, para ficar bem claro. Por que não se tem uma política voltada para a proteção das crianças quando o turista entra no Brasil? Estou falando dessa campanha, e isso aí seria muito importante.

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN**- Pois bem. Na verdade, a atribuição propriamente da Polícia Militar não é de apuração dos crimes. A Polícia Militar não é uma Polícia Judiciária, portanto responsável pela investigação dos casos já concretizados, dos crimes praticados. Cabe à Polícia Militar, na verdade, fazer um trabalho de prevenção. Daí por que a Polícia Militar é uma polícia de rua e que deve estar ali, junto à população, evitando que o crime seja praticado. Uma vez praticado o crime, cabe à Polícia Civil o trabalho de investigação e



encaminhamento aos órgãos competentes, no caso, ao Ministério Público, eventualmente, nos casos de ação penal privada, às vítimas, o fornecimento das informações necessárias ao início de um processo criminal.

Então, o que nós acreditamos que seja importante acontecer é que haja minimamente um grupo dentro tanto da Polícia Civil quanto Militar, e que esse grupo seja devidamente capacitado para um enfrentamento de determinadas questões. Há determinadas áreas no Direito Penal que obviamente demandam um conhecimento e uma sensibilidade diferenciada. O policial que está acostumado a subir as comunidades para enfrentar o braço armado da criminalidade nem sempre, apesar de poder ser até um excelente policial, é a pessoa indicada a lidar com questões sensíveis, como crianças vítimas de crimes sexuais e coisas dessa natureza. Essa abordagem à família vitimada e à criança propriamente ou ao adolescente demanda uma capacitação e uma sensibilidade.

Entendemos, inclusive, que nem todos aqueles que estão dentro da corporação estão habilitados a receber essa capacitação, porque não é pura e simplesmente uma capacitação; é necessário que a pessoa já tenha um perfil diferenciado que indique que ela realmente deve compor um grupo dessa natureza. Agora, independentemente disso, é necessário que, sim, toda guarnição, toda a corporação da Polícia Militar receba a mínima orientação a saber a lidar com essas questões, porque o policial, quando está na rua, ele está ali pronto a receber o chamado de qualquer cidadão, e ele tem que saber orientar esses cidadãos a pelo menos procurar as autoridades responsáveis competentes.

No que diz respeito à Polícia Civil, nós temos, no Rio de Janeiro, uma delegacia com competência em todo o território do Estado, a DEAT, a tratar de questões relacionadas ao turista. É uma delegacia que tem uma estrutura realmente diferenciada. Seus oficiais de cartórios e policiais que ali trabalham falam diversos idiomas, idiomas inclusive que a gente imagina não se vai encontrar numa delegacia de polícia, mas ali tem. Não sei se a senhora tem recordação, há uns anos houve um acidente envolvendo um ônibus que descia, se eu não me engano, a serra com orientais — eu acho que eles eram coreanos —, imaginem vocês que a delegacia tinha estrutura para absorver essa demanda. E não só falar idiomas e tudo o mais, mas eles têm uma ligação diferenciada com embaixadas, com consulados, uma



delegacia muito bem equipada que teve à frente, durante muitos e muitos anos, uma delegada que soube muito bem conduzir os trabalhos ali, deixou um excelente legado. Mas, enfim, essa delegacia, em que pese ter como previsão precípua a apuração de crimes em que turistas sejam vítimas, ela trabalha com questões também relacionadas ao outro lado da moeda, na hipótese de turistas serem autores de crimes. Então, é nessa delegacia que nós apostamos, inicialmente, todas as fichas nesse trabalho, que o meu colega aqui mencionou, no que diz respeito à exploração sexual de crianças e adolescentes que tende a aumentar durante os grandes jogos. Aliás, durante os grandes eventos, aí considerada também a Jornada da Juventude.

Sabemos que esse trabalho realmente não pode ser pura e simplesmente de prevenção, em que pese a prevenção ser uma ferramenta imprescindível, mas é necessário também que haja um trabalho igualmente sério no trabalho da repressão, da combatividade. E para isso nós já fizemos algumas reuniões com essa nova comissão que se instituiu para tratar do tema. Já estamos vislumbrando aí um pouco mais para frente, quando os trabalhos já estiverem um pouco mais avançados e nós já tivermos extraído algumas conclusões, em chamar principalmente a Subsecretaria de Inteligência, órgão ligado diretamente ao Gabinete do Secretário de Segurança, para se fazer um mapeamento, considerando-se, ainda por cima, tratar-se de uma agência de inteligência, uma agência que tem um contato permanente com outros órgãos de inteligência do Brasil e também do exterior, podendo contar inclusive, eventualmente, com Interpol e algumas outras informações que possam vir de polícias estrangeiras, para que se faça uma busca em outros países de quem são esses possíveis criminosos em potencial.

Portanto, sabe-se que essa prevenção atinge um determinado nível de criminoso. Aquele que pode se sensibilizar e se sentir um pouco temeroso com um cartaz, mas um nível um pouco mais alto de criminosos não vai se acanhar diante de uma campanha. E é com esse grupo de criminosos que nós temos que realmente concentrar esforços nesse trabalho de inteligência que deve começar em breve, tentando justamente identificar o foco de onde essas pessoas devam vir. E já imaginamos, já traçamos algumas poucas estratégias no que diz respeito ao sufocamento propriamente dessa atividade, que deve começar principalmente no



momento da divulgação dos grandes eventos no exterior, através das agências de turismo, e à venda de pacotes turísticos envolvendo, inclusive, também a delegacia de crimes cibernéticos. Sabemos que muitos desses crimes acontecem principalmente por meio das redes virtuais. Então, nós já temos, na verdade...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E nós não temos controle, porque muitos *sites* são hospedados fora. A maioria, 97%, é hospedada nos Estados Unidos e entra para cá trazendo um pacote de promiscuidade, de sexo com criança, de anúncios de pornografia infantil e outras coisas. É um grande desafio para todos nós.

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Sem dúvida. A Internet, de fato, torna a divulgação dessa conduta criminoso muito mais ampla. Ela propicia um resultado muito mais amplo. Sem dúvida nenhuma, muito aumenta o nosso trabalho e obviamente dificulta muito a perspectiva de sucesso.

Mas, por outro lado, inclusive no Rio de Janeiro, também nós temos uma delegacia de crimes cibernéticos, pessoas ali também estão capacitadas e vêm se capacitando ao longo dos tempos — porque isso muda com muita rapidez — para se tentar coibir crimes dessa natureza. E tentar, muitas vezes, inclusive, impedir um resultado mais significativo nessa área. Então, a delegacia de crimes cibernéticos também é uma provável parceira nesse trabalho que começou a se desenvolver agora e que, no momento, está mais focado na prevenção do que na repressão, mas sem que a repressão também deixe de ser uma das grandes vertentes e também igualmente importante.

Não sei se respondi a sua pergunta, se consegui dar um panorama.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Não, é bom. A senhora também atua na questão contra o crime organizado, não é?

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Também.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Tem alguma informação para a gente, nos últimos anos, de alguma rede que foi desbaratada, que vocês estão investigando, ou se tem notícias que haja, realmente, aqui, no Rio de Janeiro... Porque é muito difícil a gente localizar essas redes. São organizadas e está um na ponta, que ajuda, ali está um policial que ajuda, está o taxista, está o cara do hotel, está aquele que aluga a casa. Então, é muito difícil, a não ser através de denúncias.



A senhora tem alguma linha de investigação nesse sentido, ou que esteja também traçando até com outro Estado? Porque para a gente seria muito importante isso, porque nós temos notícias...

Em Fortaleza, nós fizemos a audiência. Sabemos que em Fortaleza chegam aqueles voos charters. Agora estão usando mais para Portugal, vêm muitos portugueses. Até uma delegada que esteve numa audiência sobre o tráfico de pessoas fez essa denúncia, mas nós não conseguimos detectar nada, porque a gente vai falar com os atores que atuam na área da criança e do adolescente e eles denunciam, mas as autoridades encobrem, porque não querem denegrir a imagem do seu Estado. Então, fica uma coisa muito sem aquela consistência, e a gente pode até se equivocar na questão da nossa avaliação.

Então, eu queria saber se a senhora tem alguma notícia disso; se realmente existe. Nós sabemos até que existe essa questão do tráfico de crianças, tráfico de mulheres, crianças que sumiram enigmaticamente. As mães das crianças desaparecidas, e eu trabalho há muitos anos com elas — é o caso da Taís Lima Barros, da Larissa, da Mariana Chen e de tantas outras cujos casos não foram investigados e apurados até agora.

E essas mães tiveram o retrato falado desse indivíduo que foi... Agora que abriram... Ele foi denunciado e depois saiu a sentença dele, mas ele está em liberdade e está ameaçando essas mães. Eu entreguei isso para a Dra. Marta Rocha.

Nós queremos saber o que acontece, porque dessas meninas, no tráfico de pessoas, especificamente para a exploração sexual infantil, nós temos o perfil. Eu fiz uma linha de investigação da FIA, peguei as fotos desses casos enigmáticos de meninas que sumiram em áreas específicas, principalmente na Zona Oeste, na Zona Norte. E no mesmo ano, que foi o ano em que nós combatemos mais e eu comecei a fazer muitas audiências públicas — eu estava como Vereadora, na Câmara de Vereadores, fiz muitas audiências, começamos a bater —, sumiram uma faixa de cinco meninas no mesmo ano, e todas elas... Uma sumiu em fevereiro, outra sumiu em abril, outra sumiu em julho, outra sumiu em setembro, outra sumiu em novembro — entendeu? — e outra, no começo do ano. Então, essas meninas se parecem... E todas elas tendo o mesmo perfil, o mesmo tipo físico, a mesma faixa de idade.





Então, a gente sabe que aquilo... E desapareceram mesmo; não tem no IML, não se tem notícia de nada, DNA, nada disso. E essas mães estão procurando essas meninas há quase 10 anos.

E como está funcionando isso? E agora começaram a sumir de novo as meninas. Começou em 2010. Já sumiram... Só em Bonsucesso tem duas, na área de Bonsucesso. Pode ver. Se pegar esses casos enigmáticos da FIA, entrar com aquela *Kids* — como é? —, *Portal Kids*, *Portal Kids*, ela vai passar tudo para vocês. Essas meninas vêm sumindo assim, com o mesmo tipo físico. Se colocar a foto uma do lado da outra, você vai ver, assim, que parece até a mesma... que é a... encomendadas por uma rede.

E a gente sabe que é muito difícil, principalmente com a Polícia Rodoviária Federal, que investiga ali os ônibus, para os ônibus, mas naqueles pontos específicos. E elas podem parar... Tem aquelas paradas que não são as paradas obrigatórias, em que eles param mesmo no meio da rua, pegam essas crianças, colocam dentro. Sabemos que a certidão de nascimento é um problema sério; que qualquer pessoa pode fazer uma certidão de nascimento, em qualquer lugar. E essas crianças, então, entram nos ônibus com a certidão de nascimento, coagidas. E há a questão também de que não dá pra eles investigarem, parar todos os carros, porque elas saem de um Estado para outro em carros de passeio.

Então, fica muito difícil pra gente. O Brasil é muito grande, e fica muito difícil. Então... Nós sabemos que muitas saíam até nas boleias de caminhão, que depois foi feita aquela campanha maciça, aquela coisa toda, e aí todo mundo começou a se ligar, não é?

Eu gostaria de saber da senhora se a senhora tem alguma linha de investigação nesse sentido e se pode dar apoio a essas mães nessa linha de investigação.

Ele foi indiciado porque ele... O retrato falado dele é o mesmo que da Larissa. Uma pessoa o viu levando a Larissa e o viu levando a Thaís. E ele foi tentar abordar um menino. Ele foi preso por isso. E o menino fugiu. Então, são três. E ele trabalha no porto. Disse que estava embarcado, nessa época, e tudo, mas lá não se tem essa... lá não... ele não tem ponto, essas coisas. Não tem como controlar se ele realmente estava ou não. Isso é o que está falando no inquérito dele, que a gente



estava lendo, e tal, nos laudos. Aí... Essa pessoa tem um, tem... O que ele ganha não dá pra ele ter oito imóveis. E essas mães estão sendo ameaçadas.

Então, como a gente está trabalhando nessa linha de investigação tanto com tráfico de pessoas, com a exploração sexual e turismo — eu faço parte das duas CPIs; na outra eu sou membro e nessa eu sou Relatora —, nós estamos querendo traçar uma linha também nesses desaparecimentos enigmáticos. Escutamos as mães da Sé, a mesma coisa: meninas que estão desaparecendo; nas fronteiras, inclusive indo para o Suriname, para a exploração sexual infantil, para aqueles países que são ligados, mais perto da gente, que têm uma legislação mais solta.

E a gente queria saber se, nesse caso, vocês têm alguma linha de investigação nesse sentido, que pudesse nos ajudar.

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Bem, como acredito que o Dr. Vinicius tenha mencionado, no Ministério Público do Rio de Janeiro, nós temos Promotorias de Investigação Penal. Essas Promotorias de Investigação Penal têm promotores titulares que trabalham focados nas investigações criminais. Não necessariamente investigações do Ministério Público, mas em trabalho de fiscalização e definição de diligências e norte da investigação penal desenvolvida pela própria autoridade policial.

As Promotorias de Investigação Penal são... Têm como atribuição os inquéritos, os feitos, as investigações de determinada delegacia de polícia. Dentre as Promotorias de Investigação Penal, há uma que tem como atribuição os inquéritos oriundos da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente e da Delegacia da Criança e do Adolescente Víctima, duas delegacias que temos no Rio de Janeiro que envolvem crianças infratoras ou adolescentes e vítimas.

Na Promotoria de Investigação Penal, eu confesso que não tenho conhecimento se há, neste exato momento — até porque não sou titular de lá —, alguma investigação neste momento em curso apurando fatos semelhantes a esse que a senhora está me relatando, mas posso lhe dizer que ali seria um ambiente propício para o desenvolvimento desse tipo de investigação.

Paralelamente a isso, nós temos, no Rio de Janeiro, o GAECO, que é um grupo de combate ao crime organizado, um grupo de atuação especial contra o crime organizado. O GAECO trabalha com foco. Nós não temos a pretensão de



abraçar todos os problemas que envolvem o crime organizado no Rio de Janeiro. Então, para isso, para que se faça um trabalho de excelência, um trabalho diferenciado, é necessário que se eleja alguma vertente como prioritária naquele momento.

Então, inicialmente, quando da criação do grupo, trabalhou-se muito contra milícia. Daí resultaram as diversas operações que aconteceram nos últimos anos. Agora, não só a milícia continua sendo o foco de atuação, mas também tem-se focado um pouco mais nos crimes praticados por policiais, numa tentativa de se resgatar o verdadeiro sentido da função de um policial. Inclusive, não sei se a senhora chegou a acompanhar, mas ontem mesmo houve uma operação muito grande que importou no cumprimento de mais de 60 mandados de prisão contra policiais. Foi uma atuação do Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado do Rio de Janeiro, do Ministério Público, em parceria com a Polícia Militar, a Polícia Civil e a Subsecretaria de Inteligência.

Uma das vertentes que se pretende sufocar é a dos crimes praticados contra crianças e adolescentes, muito embora mais focado no crime organizado, porque nós temos, no Ministério Público do Rio de Janeiro, um outro grupo que trabalha também em investigações em que haja crianças e adolescentes vítimas de crimes sexuais. O GAECO trabalha especificamente contra o crime organizado, e não contra aquele crime no varejo, que é a proposta que esse outro grupo abraça.

Então, existe a ideia, sim... Inclusive, quando do nascimento dessa nova campanha, que está sendo trabalhada, de combate à exploração sexual, eu, como membro do GAECO, já estive lá conversando com o coordenador para que nós pudessemos pensar em dar também atenção diferenciada a essa modalidade criminosa no próximo ano, inclusive podendo fazer essa parceria... Não adianta nós buscarmos parcerias fora da instituição, se internamente não estivermos trabalhando com o mesmo norte. Então, existe essa intenção, sim.

Posso lhe dizer ainda que os Ministérios Públicos dos Estados têm alguns de seus membros destacados para serem representantes de suas instituições no Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado dos Ministérios Públicos, que se chama GNCOC. Esse Grupo Nacional de Combate ao Crime Organizado nasceu a partir da morte de um Promotor de Justiça em Minas Gerais quando investigava a máfia de



adulteração de combustíveis, há cerca de 12 anos. Desde então, pelo menos duas vezes por ano, integrantes de Ministérios Públicos se reúnem para uma troca de experiências. E agora, principalmente, nos últimos 4 anos, muito mais do que trocar experiências, querem estabelecer parcerias efetivas e definir operações conjuntas entre os Ministérios Públicos. E já houve algumas atuações conjuntas no combate à exploração sexual, principalmente envolvendo os Estados de fronteira e os Estados do litoral Norte e Nordeste do Brasil.

Talvez algumas dessas atuações não tenham sido emblemáticas o suficiente pelo fato de não necessariamente importarem na prisão de um número maciço de pessoas, como, por exemplo, a operação de ontem, que chamou realmente a atenção pelo fato de ter tido mais de 60 policiais com mandado de prisão cumprido, fora alguns outros que já estavam presos e poucos que não tiveram o mandado cumprido porque permaneceram foragidos.

Mas, sem dúvida nenhuma, a possibilidade de essas pessoas, num número ainda que menor, serem presas e não terem acesso à rede de computadores, enfim, à Internet, e a divulgação da sua atuação e a possibilidade de recrutamento de tantos outros possíveis criminosos; a prisão dessas pessoas, ainda que não se reflita num número muito grande de presos, traz um resultado talvez tão grande quanto o da operação de ontem. Então, na verdade, o resultado talvez seja muito semelhante, em que pese no momento da divulgação não serem mostrados esses números de maneira tão evidente.

Para finalizar, no que diz respeito ao tráfico de pessoas e ao desaparecimento de pessoas, no ambiente do Ministério Público do Rio, foram desenvolvidos dois programas. Inicialmente, o Programa de Identificação de Vítimas — PIV, e em seguida o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos, que é o PLID.

Esses dois programas nasceram justamente da necessidade de se identificar, muitas vezes, corpos apreendidos por policiais e que permanecem sem a devida identificação no bojo de uma investigação criminal. E, por outro lado, nós temos aí um número significativo de comunicações de desaparecidos sem sucesso de localização. Então, se nós temos uma notícia de desaparecimento aqui e um corpo que jamais aparece e se nós temos, de outro lado, inquéritos, muitas vezes, com corpos localizados, mas sem a efetiva identificação, é possível que esse corpo aqui



tenha relacionamento com essa comunicação aqui. E foi o cruzamento dessas informações que fez nascer esse programa dentro do Centro Integrado de Acervo de Inquéritos.

Na verdade, esse Centro Integrado é um ambiente onde o Ministério Público e a Polícia Civil trabalham juntos, aqui no Rio. Chama-se CIAC e nasceu através de um protocolo firmado entre o Ministério Público e a Secretaria de Segurança Pública. Nesse prédio trabalham juntos promotores de justiça e seus assessores, delegados de polícia e seus oficiais de cartório. Ali, diferentemente do que acontece nas demais Promotorias de Investigação, ao invés de o promotor receber a carga de inquéritos, determinar uma série de diligências e enviá-la novamente para a autoridade policial e haver uma perda de tempo muito grande, uma burocracia no envio e no traslado desses inquéritos físicos, existe um trabalho de parceria efetivo no dia a dia: trabalham em gabinetes, com portas uma em frente à outra. E isso otimiza muito o trabalho. E foi ali, nesse trabalho de parceria efetiva, que nasceram esses dois programas. E isso já permitiu a localização de uma infinidade de pessoas cujas famílias não tinham qualquer informação.

Esse trabalho inclusive ganhou muito maior corpo na época das tragédias da região serrana do Rio de Janeiro, quando muitas pessoas foram soterradas pela lama e ficaram desaparecidas. Ali eles ganharam um tremendo *know-how* na identificação dessas pessoas, e cada vez mais o programa vem crescendo, porque ele trabalha com uma rede neural de parcerias. Ele funciona no CIAC, que é um Centro Integrado aqui, no Santo Cristo, do Ministério Público e da Polícia Civil. Tem à frente, como Coordenador, o Dr. Rogério Scantamburlo, que é um Procurador de Justiça, e o Dr. Pedro Borges, Promotor de Justiça. Os dois trabalham lá como Coordenador e Subcoordenador desse projeto. Esse projeto inclusive chegou a ganhar a menção honrosa no prêmio Innovare, há 2 anos. Inclusive já houve até interesse do próprio Ministério da Justiça de replicá-lo em território nacional. Mês passado eles inclusive foram fazer uma apresentação desse projeto e já estabeleceram uma parceria com o governo da Argentina. Então, o projeto vem ganhando cada vez mais força, e é justamente essa boa divulgação e a possibilidade de se estabelecer um número maior de parceiros que amplia também um resultado na identificação e na localização dessas pessoas desaparecidas.



Enfim, então, na verdade, existem muitas frentes. Claro, algumas delas um pouco incipientes, precisando se sedimentarem, mas outras já apresentando resultados concretos.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Obrigada, Dra. Renata. Vamos anotar, o Secretário da CPI vai anotar, e nós vamos visitar o CIAC. Isso será muito bom para a gente, porque é um modelo interessante até para uma proposta da CPI.

Eu gostaria de passar ao Dr. Afonso. Quer falar alguma coisa?

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Com certeza, será bastante interessante.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Há alguma coisa de V.Sa. queria acrescentar?

**O SR. AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA** - Não, não, não. Eles já esgotaram toda a matéria.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Agora eu gostaria de saber como que nós poderíamos ajudar, como a CPI pode ajudar e ser parceira de vocês e quais das dificuldades que são apontadas nós podemos trabalhar enquanto Parlamentares, Congressistas?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Na verdade eu vou, retomando alguns tópicos do que eu falei, fazer algumas sugestões que eu penso de atuação.

Em relação às atuações locais no Estado do Rio de Janeiro, eu acho que seria uma mobilização para a ampliação do número de varas da infância e juventude especializadas. Isso é ordem do dia para que tudo funcione. Não que tudo gire em torno, na infância, das ações judiciais, mas elas têm um papel fundamental na questão da adoção, da proteção, da adoção das medidas, enfim. Com esse número de varas de infância e juventude da Capital do Município do Rio, insuficiente — são quatro varas no total —, não temos condições de trabalhar de uma forma adequada para o jurisdicionado. Então, seria um pleito junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Existe, inclusive, que eu me esqueci de mencionar, a 2ª Vara da Infância e da Juventude, da área protetiva, que dividiria esse imenso território, que é da jurisdição da Vara da Capital e das duas Regionais, foi criada uma outra vara para o foro



central, que é o mais inchado. Só que ela foi criada por lei, mas não foi implementada e não há previsão nenhuma de ser implementada. Então, existe uma lei estadual criando essa vara que não foi implementada.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Qual a vara?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Seria uma vara que é descrita como tendo competência para o foro central, que é a área mais inchada. Porque a gente tem as regionais de Santa Cruz, da Zona Oeste, Madureira e Jacarepaguá e tem o foro central com todo o restante do território. Existiria uma outra vara para dividir o território com o foro central. Então, esse seria um pleito.

Em relação ao Poder Executivo Municipal, a questão da implementação dos Conselhos Tutelares, que são criados já por (*ininteligível*). Se a gente atingir o patamar de 20, não é suficiente, mas já desafoga um pouco, melhora a situação, porque a gente está trabalhando há anos com 10, há muitos anos, e agora conseguiu ampliar para 12, com muito esforço, muita conversa com o gestor. Então, a ampliação do número de Conselhos Tutelares é fundamental.

Em relação ao Poder Executivo, ao Governo Federal e também ao CONANDA, eu acho que há a necessidade de uma melhor definição de políticas concretas para o enfrentamento da questão da exploração sexual em relação às grandes obras e aos grandes eventos. Eu acho que a gente ter várias políticas segmentadas somadas não é suficiente para o enfrentamento — sem crítica a nenhuma política; todos têm a sua função. Então, a gente tem o Bolsa Família, transferência de renda fundamental no Brasil; a gente tem a questão do PAI, que foi um diagnóstico que funcionou muito bem em muitos Municípios do Brasil; a gente tem novamente a questão do PETI, de erradicação do trabalho infantil, mas é necessário que haja uma política, uma mobilização, uma centralização dessas políticas, uma política mais direta de enfrentamento desse problema de grandes eventos. Eu vejo, não só aqui no Estado do Rio, como no grupo nacional de promotores (*ininteligível*) da infância, muita dificuldade nessa articulação com o Governo Federal e com o CONANDA. Então, eu acho que aí a CPI poderia ter um papel fundamental.

Em relação ao depoimento especial, também é preciso fortalecer o depoimento especial, com a implementação das salas de depoimento especial, nos



Estados onde elas não existem, e a melhoria das condições das salas, onde elas já existem. Muitos Estados têm o depoimento especial formalmente, mas a gente vai ver que o atendimento continua precário. Por isso, aqui no Rio, embora sejamos retardatários nessa questão, porque enfrentamos muita dificuldade na sensibilização do Poder Judiciário no Estado do Rio, nós estamos tentando aprender com os erros dos outros Estados e aprimorar experiência. Então, já temos duas salas implementadas. O Presidente do Tribunal prometeu, na inauguração dessas duas salas, mais salas, pelo menos nas sedes do NURCs, como eles chamam, que são os centros administrativos da região do interior do Estado, e eu acredito que tem havido essa sensibilização.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quantas salas?

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - Olha, eu não tenho esse número preciso, mas pelo menos esse projeto do Tribunal é um projeto que seria positivo ter nas sedes dos NURCs, que são as sedes administrativas deles no interior, na medida em que cada Comarca, cada um dos 92 Municípios, tem que ter uma sala, mas que tenha uma sala de região, por referência, para que todos os Municípios pequenos da região possam ser referenciar naquela sala, utilizando aquela sala.

Deixe-me ver mais: eu acho que, com relação à Polícia Civil, a ampliação, no Estado, das delegacias especializadas e o fortalecimento, principalmente da DCAV. Eu vejo, aqui, no Rio, em termos de estrutura, de ter delegado-adjunto, de ter mais estrutura, de ter um atendimento mais ampliado. Eu não sei exatamente, mas a informação que eu tinha era que não estava funcionando ainda 24 horas por dia. Então, que fosse garantido esse funcionamento da DCAV 24 horas por dia, porque essa integração, com a sala de depoimento especial, irá demandar, até porque o nosso projeto junto à Secretaria de Segurança Pública tem se delineado no sentido desse Centro de Integrado de Saúde funcionar 24 horas. Então, como não ter o braço da Polícia fortalecido, funcionado junto com a gente?

Eu acho... Tem mais alguma sugestão, Afonso, em relação à infância, à proteção, do que a CPI possa colaborar nessas articulações? Que eu vejo assim: Conselho Tutelar, na vara, na delegacia.





**O SR. AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA** - Eu acho que em relação...

Passando a questão do Conselho Tutelar e das delegacias, poderia haver uma complementação em relação ao atendimento prestado na rede de saúde às crianças e adolescentes vítimas de violência. Existe até uma lei estadual aqui, no Rio de Janeiro, prevendo núcleos especializados, uma equipe interdisciplinar especializada nesse atendimento, nesse acolhimento inicial das vítimas de violência, e de repente poderia ser proposto ao Ministério da Saúde, ou, não sei se seria uma legislação federal, que padronize esse atendimento na rede de saúde à criança e ao adolescente e até mesmo ampliando para mulheres vítimas de violência sexual, definindo polos e equipes especializadas para esse atendimento inicial, que serviria de referência para toda a rede.

Em relação à ampliação dos conselhos e das delegacias especializadas, foi até uma sugestão que eu fiz na audiência pública. Eu acho que seria muito... Daria um respaldo muito grande para a nossa atuação, até como forma de ter um parâmetro objetivo de exigência, de definição de critérios que estabelecessem quando deve haver uma delegacia especializada em determinado Município ou região. Talvez um parâmetro populacional, aliado a um critério baseado na demanda local daquele determinado tipo de crime. Isso, para as delegacias especializadas. E também para os Conselhos Tutelares. Hoje há um grande avanço, houve uma recente modificação do estatuto, estabelecendo os direitos sociais aos conselheiros tutelares, eleições unificadas que garantem uma visibilidade maior ao órgão. Mas a previsão de um conselho por Município, nós sabemos que embora muitos Municípios ainda não tenham conselhos tutelares — no Rio de Janeiro, atualmente, nós já temos um por Município, é uma realidade que nós conseguimos atingir em 2010, mas, se a lei previsse um parâmetro populacional, como a resolução do CONANDA, de 100 mil, seria um avanço muito grande, até para a exigência. Aqui no Rio nós vivemos esse drama. Mesmo tendo até uma lei municipal já criando, nós até hoje não conseguimos implementar, já com uma ação civil pública ajuizada. Em outros Municípios com Caxias, por exemplo, com uma população de aproximadamente 1 milhão de habitantes, exatamente, então são só 3 Conselhos Tutelares, quando, pelo parâmetro do CONANDA, deveria haver pelo menos 10. E



como exigir? Fica muito difícil, porque a gente não tem... Existe a resolução, um parâmetro, mas não tem força de lei. Então, eu acho que facilitaria muito.

São esses os pontos principais.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Caxias tem três Conselhos?

**O SR. AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA** - Três.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Na nossa lista, Caxias só tem um, não está nem atualizado. Nós pedimos lá na Secretaria de Direitos Humanos. Nós pedimos na Secretaria de Direitos Humanos os Conselhos, porque há vários Conselhos agora que são divididos. Por exemplo, em Ramos, há dois, são operações divididas em áreas. E, lá em Caxias, só havia um. Em Nova Iguaçu também eu fiquei espantada, em Nova Iguaçu havia dois, marcou dois. E lá só marcava dois. Não está atualizado. Então, para a gente...

**O SR. RODRIGO CÉZAR MEDINA DA CUNHA** - É. Mas, na realidade, no interior é um em cada Município.

**O SR. AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA** - É, algumas exceções. Macaé, por exemplo, são três Conselhos. Não chega a 300 mil habitantes, mas tem um a população flutuante muito grande. Então, embora a população, pelo IBGE...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Acho que eles colocam um só. Acho que a Secretaria que é o principal. Os outros eu acho que eles colocam como braço, deve ser isso, não sei. Como vê como eles... naquela interpretação. É bom falar lá com a Secretaria de Direitos Humanos para atualizar isso.

**O SR. AFONSO HENRIQUE LEMOS PEREIRA** - Acho que é isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Dr. Vinicius.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Embora não seja ligado diretamente ao tema, mas eu acho que pode ter uma grande influência, e aproveitando a presença de V.Exa. aqui, em nome de todos, sei que é o anseio de todos aqui, solicitar o apoio contra a votação da PEC 37, porque, inclusive, nesse caso específico, de grupos de quadrilhas de exploração sexual, com a infiltração de agentes públicos no meio, fica praticamente inviabilizada qualquer investigação que com a nossa participação, do MP, já sabemos que é difícil. E, sem o poder investigatório, eu acho que ficaria praticamente inviabilizado.



**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vamos esperar que ela seja votada este ano. Está na pauta. Vamos ver se vota este ano. Eu sou contra isso. Eu acho um absurdo, porque vocês que ajudam a gente. Imaginem sem isso, como é que isso vai virar. Vai virar terra de bandido. Vai virar terra de bandido.

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Uma das questões que eu acho que é importante, talvez merecesse alguma força do Congresso, cada vez mais a gente vem se dando conta da necessidade de se trabalhar com índices. Hoje em dia, toda e qualquer mudança que se faz, que se pleiteia, só é possível através da demonstração objetiva dos números, do fundamento objetivo para que se mude eventual estrutura dentro de alguma instituição. Ao se dar início a esse trabalho aqui de inauguração das salas de depoimentos especial e, em seguida, a definição de um fluxo de atendimento, de um fluxo prévio de atendimento, dentro daquilo que nós consideramos ideal, nós começamos, inicialmente, tentando fazer um levantamento dos números de abuso sexual na área da capital, para que se tentasse identificar que regiões dentro da capital apresentavam maior número de casos e, eventualmente, inclusive, para definição de que hospitais deveriam ser porta de entrada para a absorção dessa população vitimada.

Já sabíamos que havia uma subnotificação grande pelo próprio... pela própria natureza do delito, que muitas vezes as famílias preferem deixar quieto e não levar ao conhecimento das autoridades por se sentirem acanhadas, envergonhadas por aquilo que aconteceu. Mas, ficamos ainda mais surpresos quando os números chegaram e se identificou aí um número de três a quatro vítimas por dia no universo da capital, que é um universo territorialmente bastante extenso, e com número de habitantes também bastante alto.

**O SR. VINICIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Em 2011.

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - E os números eram de 2011, não contemplavam...

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Quatro casos por dia.



**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Até quatro. Na verdade, de 1.000 a 1.200. Tomando por base os últimos 5 anos, de 1.000 a 1.200 casos/ano.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Aqui na capital.

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Na capital.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Vou repetir para poder gravar. Na capital, seriam quatro casos, mais ou menos, por dia...

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Média.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - A média, né?

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Isso.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - E qual seria? Mais Zona Oeste, Zona Norte?

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Os números maiores se concentram na Zona Oeste, na região de Campo Grande e Santa Cruz. E, em segundo lugar, a região dos complexos do Alemão e Maré.

**O SR. VINÍCIUS WINTER DE SOUZA LIMA** - Mais só um detalhe: os dados são genéricos de violência sexual contra menores. Não são de abuso ou exploração; são genéricos de violência.

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - Isso. Agora, nós também andamos fazendo solicitação de alguns índices. Há o ISP, que é o Instituto de Segurança Pública, dentro da Secretaria de Segurança Pública, que é o instituto responsável pela coleta e processamento desses dados para estabelecimento desses índices.

A minha intenção aqui, de forma alguma, é fazer alguma crítica ao trabalho que é feito lá. Eu sei que eles trabalham com afinco, eu sei que existem pessoas inclusive extremamente competentes à frente do instituto fazendo esse trabalho.

Mas ainda assim, diante de algumas respostas que eu obtive, eu entendi como insuficiente o trabalho que está sendo feito lá.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Onde?

**A SRA. RENATA DE VASCONCELLOS ARAÚJO BRESSAN** - No ISP, que é o instituto responsável pelo processamento e resultado dos índices dentro da área de segurança pública.



É o setor dentro da Secretaria de Segurança Pública responsável pelo trabalho, pelo processamento dessas informações. Porque, na verdade, a filtragem, pelo que eu entendi, está sendo feita única e exclusivamente com base na capitulação dos fatos, na capitulação dos eventuais crimes praticados, quando para que se chegue à conclusão de que natureza aquele crime é, enfim, qual é a causa principalmente para se combater o problema, é necessário que se conheça a causa.

A filtragem apenas na capitulação do delito não permite que se conheça a causa daquela conduta criminosa. E não se conhecendo a causa, o estabelecimento de uma política, principalmente preventiva, para a diminuição da criminalidade, fica praticamente inviabilizada.

Então, eu acho que é necessário que se dê início, e de maneira um pouco mais enfática, a que o Brasil se modernize e se torne um pouco mais maduro na obtenção dessas informações, para que se possa efetivamente estabelecer políticas de prevenção.

Não adianta só o Estado gastar tanto dinheiro no combate à criminalidade se ele não trabalhar o lado da prevenção. E o lado da prevenção só se faz possível através do conhecimento das causas, dos delitos.

Então, fica aqui uma sugestão, tomando como exemplo a busca de informações na área de exploração sexual. Essa busca, também posso dizer de maneira mais concreta, que também foi feita na área de homicídios e o resultado obtido, na minha modesta visão, foi insatisfatório, justamente porque, para que se conheça o problema, é necessário que se tenha um corpo de policiais ali lendo os relatos, lendo a descrição do fato nos ROs e nos BOs e não, pura e simplesmente, fazendo uma filtragem com base na capitulação dos delitos, quando noticiados à autoridade policial.

**A SRA. PRESIDENTA** (Deputada Liliam Sá) - Muito obrigada, Dra. Renata.

Eu me dou por satisfeita. Foi muito produtiva esta audiência.

O sentimento de vocês não é diferente do sentimento das outras promotorias, das outras varas de infância que nós estivemos visitando. É insuficiente, falta orçamento, falta modernização, tecnologia, serviço de inteligência e outras coisas para ajudá-los nas investigações.



Mas eu me dou por satisfeita. Acredito que, no Rio de Janeiro, vocês estão fazendo um excelente trabalho, em vista de todas as dificuldades que nós sabemos que há também a parte política, que nós não podemos deixar de fora, porque tem um entrave nessa questão. Mas, mesmo assim, vocês estão ainda à frente de alguns Estados, estão dando um pontapé à frente, principalmente nas campanhas, nessa campanha que vocês lançaram, uma campanha de conscientização e uma campanha preventiva também.

Dou meus parabéns a vocês. Vamos acatar todas as informações que vocês passaram à CPI, as sugestões, para que possamos agilizar e melhorar o atendimento nessa área que é tão... É uma área que... Nós sabemos que é uma área que ainda não chamou atenção dos nossos governantes para a importância que ela tem.

Eu acredito que o Brasil não estava preparado para esse tipo de violação aos direitos de crianças e adolescentes. Teria que se preparar lá trás. Já vem violando há muitos anos, desde que o Brasil foi descoberto e os portugueses entraram aqui, que violavam os direitos das mulheres, dos índios, aquela coisa toda. Então, eu fico imaginando as meninas negras, naquela época, o que não sofriam — as mulheres negras, as meninas negras. Se agora hoje elas já sofrem tanto, imaginem, naquela época, em que não tinha lei, não tinha Estatuto da Criança e do Adolescente, não tinha nada.

Então, eu me ponho à disposição de vocês — a CPI. O que nós pudermos ser porta-vozes, abrir porta e ajudar. E também aceito o trabalho de vocês na questão de melhorar a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Se tiverem sugestões de leis, de PEC, vocês podem passar para a gente e contar conosco, naquilo que for possível.

Dou por encerrada esta audiência. Não tendo nada mais a comentar, eu me dou por satisfeita. Muito obrigada por termos recebido nesta manhã e ter abrilhantado tanto o nosso trabalho, o trabalho da CPI, na cidade do Rio de Janeiro.

Obrigada.